



REFORMA DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM 2014-2020 APROVADA NO PARLAMENTO EUROPEU

O Parlamento Europeu acabou de aprovar em plenária a reforma da PAC para 2014-2020. Foi dado mais um passo essencial para a entrada em vigor da nova PAC, sendo que a 16 de dezembro, em Bruxelas, é que terá lugar a aprovação formal em Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia.

No que diz respeito ao Quadro Financeiro Plurianual, Portugal consegue pela primeira vez no 1º pilar (ajudas diretas) uma aproximação parcial aos restantes Estados Membros passando dos atuais 186 euros/ha para os cerca de 200 euros/ha até 2020, por exemplo, em 2019 Portugal terá um ganho de 6% em relação ao atual quadro. No 2º pilar (Desenvolvimento Rural) Portugal terá em preços correntes 4,057 mil milhões de euros (inclui um envelope de 500 milhões de euros isento de cofinanciamento).

Portugal conseguiu, com a nova Política Agrícola Comum 2014-2020, assegurar as condições necessárias para a agricultura portuguesa manter o atual dinamismo e o ritmo de crescimento. Nas negociações, Portugal conseguiu um maior equilíbrio na convergência interna dos apoios aos agricultores, evitando as perdas temidas inicialmente para alguns sectores, nomeadamente através da possibilidade de introdução de um mecanismo de travão às perdas de 30% ao nível de cada agricultor e garantindo que todos os agricultores recebem um pagamento mínimo indicativo de 60% da média nacional por hectare. No Desenvolvimento Rural destacamos o apoio ao regadio, fundamental para Portugal, abrindo a possibilidade de apoio a novos regadios, a existência clara de incentivos aos investimentos das Organizações de Produtores no caso de aumento de escala e fusões e a criação de um sistema de seguros de colheita com financiamento comunitário, mais universal, mais abrangente e financeiramente sustentável.

Segundo o Secretário de Estado da Agricultura, José Diogo Albuquerque: *“O Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia agendado para 16 de dezembro em Bruxelas será o passo final para que a futura PAC tenha a sua aprovação formal e, também fundamental, a aprovação formal das medidas de transição que nos irão permitir, pela primeira vez na história, começar em 2014 com um novo quadro comunitário e um novo Programa de Desenvolvimento Rural sem hiatos entre quadros”*.



Com a participação do sector, estamos já definir as escolhas nacionais para que a agricultura se assuma cada vez mais como um importante motor para a recuperação económica de Portugal.

20 de novembro de 2013